



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0041725-8  
AGRAVANTE: Pescado Silveira S/A  
AGRAVADO: Estado de Pernambuco  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

5724

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. SUBSTITUIÇÃO DE PENHORA SOBRE O FATURAMENTO POR DINHEIRO. POSSIBILIDADE. 1. Agravo de instrumento em que se discute a possibilidade de substituição de penhora sobre o faturamento por dinheiro, como quer o exequente, ora agravado, ou a substituição por outros bens, para fins de garantir execução fiscal. 2. O Superior Tribunal de Justiça, em pronunciamentos recentes, vem acolhendo a tese ora esposada pelo Estado agravado, no sentido de que a substituição da penhora deve-se dar com a anuência do exequente e de preferência por dinheiro ou fiança bancária. 3. Em execução fiscal, conforme dispõe o art. 15, I, da Lei n. 6.830, de 1980, a penhora de bens móveis, imóveis e outros direitos, pode ser substituída por depósito em dinheiro ou fiança bancária a qualquer tempo. 4. Penhora em faturamento da empresa não pode ser considerada como sendo igual a depósito em dinheiro. 5. O faturamento, além de ser incerto, exige, para ser objeto de penhora, a realização de procedimentos específicos. 6. Infere-se dos autos que a penhora efetuada sobre o faturamento do agravante restou inócua, diante da ausência de provisão de fundos do cheque emitido para garantir a execução, de modo que procede o receio da Fazenda Pública em sofrer um prejuízo patrimonial em sua pretensão executória. 7. Conforme dispõem os incisos I e II do artigo 15 da Lei 6.830/80, efetuada a penhora sobre bem do devedor, a Fazenda Pública pode requerer a substituição por depósito em dinheiro ou fiança bancária, em qualquer fase do processo executório, desde que o faça justificadamente. 8. Agravo de instrumento improvido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do agravo de instrumento nº 0041725-8, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, negar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 20 de maio de 2010 (data do julgamento).

  
Des. Francisco Bandeira de Mello  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
8ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0041725-8  
AGRAVANTE: Pescado Silveira S/A  
AGRAVADO: Estado de Pernambuco  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**RELATÓRIO**

Trata-se de **Agravo de Instrumento**, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal, ajuizado contra decisão interlocutória proferida pelo Juízo de Direito da 6ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, que, nos autos do processo de Execução Fiscal nº 001.1994.032431-9, movido pelo **Estado de Pernambuco** contra o **Pescado Silveira S/A**, houve por bem determinar a intimação da executada para efetuar em 48 horas o depósito judicial em dinheiro do valor da execução, sob pena de "serem adotadas medidas mais enérgicas por parte deste Juízo."

O Juízo de primeiro grau deferiu o pedido formulado pela Fazenda Pública Estadual às fls. 83/85, segundo a qual os bens oferecidos em substituição à penhora estariam superestimados e não teriam obedecido à gradação prevista no artigo 11, da Lei nº 6.830/80, que, por sua vez, estabelece uma ordem de bens penhoráveis e o primeiro da lista é dinheiro.

Na referida petição, o Estado sustenta, em síntese, que o agravante demonstrou o propósito de que pretende transformar o procedimento executório num provimento sem utilidade prática.

Isto porque o agravante informou ao Juízo que um funcionário seu e depositário do cheque dado em garantia da execução fiscal (correspondente à penhora sobre o faturamento), havia provocado um desfalque na empresa, de modo que o valor da garantia prestada, consubstanciada no cheque, não mais existia, motivo pelo qual não poderia ser entregue ao Juízo para compensação, pois estaria sem provisão de fundos.

Aduz, ainda, que a tentativa de substituição da penhora em dinheiro por dois caminhões, gravados de ônus reais, submeteria a Fazenda Pública a um risco patrimonial, principalmente, porque o valor penhorado anteriormente não foi recolhido e nem posto à disposição do Juízo, em manifesta desobediência à ordem judicial.

Sustenta o agravante a necessidade de substituição do cheque dado em garantia da execução, no valor de R\$ 46.538,77 (quarenta e seis mil, quinhentos e trinta e oito reais e setenta e sete centavos), por dois caminhões, que juntos perfazem o valor de R\$ 82.500,00 (oitenta e dois mil e quinhentos reais), em razão do desfalque sofrido pela empresa.

Reforça essa linha de raciocínio invocando o disposto no art. 620 do Código de Processo Civil, segundo o qual a execução deve ser feita do modo menos gravoso para o devedor.

247-A 27J



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

Por fim, requereu a concessão de liminar para suspender os efeitos do despacho agravado, a fim de desobrigar a agravante do dever de garantir o Juízo por meio de depósito em dinheiro, pelo montante total da execução em tela. No mérito, requereu o provimento do agravo, a fim de que seja definitivamente revogado o despacho ora agravado.

Na seqüência, em juízo de cognição sumária, o relator à época proferiu decisão interlocutória (fls. 190/192), deferindo a liminar pleiteada, para determinar a suspensão dos efeitos da decisão agravada, ficando a agravante como fiel depositária do cheque penhorado, até o julgamento final do presente recurso.

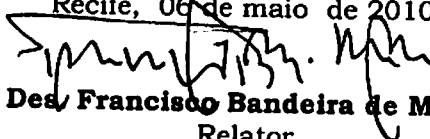
Contra-razões às fls. 197/204, nas quais aduz o agravado, em síntese: (a) a prescrição e a ausência de executividade do cheque emitido, pois não foi honrado pelo executado na data do seu vencimento; (b) a possibilidade de substituição da penhora sobre o faturamento por penhora em dinheiro; (c) o alto faturamento mensal da agravante – em torno dos trezentos mil reais mensais – de modo que a execução pode correr normalmente sem afetar a situação financeira da agravante, nem tampouco tornar-se extremamente gravosa, uma vez que o débito exequendo corresponde a R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

Por fim, requereu a cassação da liminar que concedeu o efeito suspensivo ao despacho ora agravado e, no mérito, que seja julgado improcedente o agravo.

É o relatório.

Tendo em vista que a Súmula 189 do STJ dispensa a intervenção ministerial em sede de execução fiscal, determino a inclusão do feito em pauta para julgamento oportuno.

Recife, 06 de maio de 2010.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator

248 279  
C



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
8ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0041725-8  
AGRAVANTE: Pescado Silveira S/A  
AGRAVADO: Estado de Pernambuco  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**VOTO**

Conforme antedito, cuida-se de Agravo de Instrumento interposto em face de decisão proferida pelo Juízo de Direito da 6ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, que, nos autos da Execução Fiscal nº 001.1994.032431-9 proposta pelo Estado de Pernambuco contra o Pescado Silveira S/A, que determinou a intimação da executada para efetuar em 48 horas o depósito judicial em dinheiro do valor da execução.

Pois bem.

A controvérsia posta cinge-se à possibilidade de substituição de penhora sobre o faturamento por dinheiro, como quer o exequente, ora agravado, ou a substituição por outros bens, para fins de garantir execução fiscal.

O Superior Tribunal de Justiça, em pronunciamentos recentes, vem acolhendo a tese ora esposada pelo Estado agravado, de que a substituição da penhora deve se dar com a anuência do exequente e de preferência por dinheiro ou fiança bancária.

Apresento, nessa linha, os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL.

SUBSTITUIÇÃO DE PENHORA EM DINHEIRO POR FIANÇA BANCÁRIA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Agravo regimental em que se sustenta a admissibilidade do recurso especial que veicula violação dos artigos 620 do CPC e 15, I, da Lei 6.830/80, pois: (a) nas hipóteses anteriores à Lei 11.382/06, não se autoriza a penhora on-line antes de esgotados todos os meios necessários à localização de bens do devedor; (b) o órgão julgador a quo não poderia ter indeferido a substituição da penhora em dinheiro por fiança bancária.

2. O acórdão recorrido confirmou decisão de piso, indeferindo a substituição de penhora em dinheiro por fiança bancária, aduzindo, sim, tratar-se de penhora ordinária e não sobre o faturamento da empresa. Não se fez menção a respeito do momento em que teria sido deferida a constrição sobre os depósitos bancários, se anterior ou posterior à Lei 11.382/06. Aliás, essa questão sequer foi objeto de pedido do próprio apelo extremo, o que traduz inovação da tese, impossível em sede de agravo regimental.

3. Conforme dispõe o inciso I do artigo 15 da Lei 6.830/80, efetuada a penhora sobre bem do devedor, esta pode ser substituída por depósito em dinheiro ou fiança bancária. O dispositivo traduz uma relação de verticalidade dessas duas garantias sobre os demais bens passíveis de constrição. Entretanto, feita a penhora sobre dinheiro, não caberá a substituição deste pela fiança bancária,



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

pois, dentro do sistema legal, o dinheiro reflete a máxima efetividade à execução do crédito. Entendimento diverso conduziria a uma redução da garantia já estabelecida dentro do procedimento final para a satisfação do credor, o que desnaturaria o próprio escopo da pretensão executória, pois é inegável que a fiança bancária depende da solidez financeira de terceiro, estranho à relação jurídica. Precedentes: REsp 1.089.888/SC, Primeira Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJe de 21.5.2009; REsp 801.550/RJ, Primeira Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ de 8.6.2006.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1096109/MT, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/03/2010, DJe 12/03/2010)

**PROCESSUAL CIVIL. SUBSTITUIÇÃO DE PENHORA.**

1. Em execução fiscal, conforme dispõe o art. 15, I, da Lei n. 6.830, de 1980, a penhora de bens móveis, imóveis e outros direitos, pode ser substituída por depósito em dinheiro ou fiança bancária a qualquer tempo.

2. Penhora em faturamento da empresa não pode ser considerada como sendo igual a depósito em dinheiro. O faturamento além de ser incerto, exige para ser penhorado, procedimento específicos.

3. Correto a decisão que indefere pedido da penhora de 42.120 botijões de GLP ser substituído por penhora de 2% do faturamento da executada.

4. Inexistência de omissão, obscuridade e/ou contradição no acórdão.

5. Recurso especial improvido.

(STJ, REsp 954157 / SP, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, DJ 12.12.2007, p. 407)

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - PROCESSUAL CIVIL - TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL - SUBSTITUIÇÃO DA PENHORA EM DINHEIRO POR IMÓVEL PELO EXECUTADO - IMPOSSIBILIDADE - NECESSIDADE DA CONCORDÂNCIA DA EXEQUENTE - IMÓVEL EM OUTRA COMARCA - RECUSA - POSSIBILIDADE - VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE - VERIFICAÇÃO - SÚMULA 7/STJ.

1. É assente o entendimento jurisprudencial desta Corte de que, entre os bens penhoráveis, o dinheiro é preferencial aos demais, na ordem legal estabelecida na Lei de Execuções Fiscais.

2. Na substituição da penhora por outro bem que não em dinheiro, torna-se imprescindível a concordância da exequente, o que não ocorreu na hipótese dos autos. Precedentes.

3. É vasta a jurisprudência do STJ quanto à possibilidade do exequente recusar o bem localizado em outra comarca.

4. Verificar a aplicação do princípio da menor onerosidade, em vista da recusa do bem oferecido, no caso concreto, de forma adequada, exige o exame da situação fática - incabível no âmbito do recurso especial. Incidência da Súmula 7/STJ.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1058065/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/12/2008, DJe 18/12/2008)

(Não há grifos no original)



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
8ª CÂMARA CÍVEL

Ademais, infere-se dos autos que a penhora efetuada sobre o faturamento do agravante restou inócua, diante da ausência de provisão de fundos do cheque emitido para garantir a execução, de modo que procede o receio da Fazenda Pública em sofrer um prejuízo patrimonial em sua pretensão executória.

De sorte que é inegável a necessidade de realização de uma penhora de modo mais consistente que a anterior, a fim de garantir a efetividade da prestação jurisdicional ao final da demanda executória.

Acrescento, ainda, que, a Fazenda Pública pode requerer a substituição da penhora a qualquer tempo, desde que o faça justificadamente, nos termos do art. 15, II, da Lei nº 6.830/90. Nesse sentido, já se pronunciou este E. Tribunal de Justiça:

Ementa: TRIBUTÁRIO E PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. SUBSTITUIÇÃO DE BEM PENHORADO. BEM DE DIFÍCIL ALIENAÇÃO. JUSTO MOTIVO. OBSERVÂNCIA DA GRADAÇÃO LEGAL DE BENS. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1 - Não se mostra inoportuna a insurgência da Fazenda Estadual contra a penhora dos bens efetivada pelo oficial de justiça, isto porque a impugnação foi exercitada logo na primeira oportunidade após o Fisco Estadual ser intimado a falar sobre o auto de penhora lavrado pelo meirinho, além do que, nos termos do art. 15, II, da Lei 6.830/80, é possível a Fazenda exeqüente requerer a substituição dos bens penhorados por outros em qualquer fase do processo executivo, desde que o faça justificadamente. 2 - Não se trata de mero "capricho" da Fazenda Pública, pois devidamente fundamentou a sua solicitação para substituição dos bens penhorados, tendo-os como de difícil comercialização/arrematação, por serem bens que compõem o ativo fixo da executada e que se destinam à utilização num restrito segmento industrial. 3 - Se é certo que a execução deverá ser processada de forma menos gravosa ao executado, em atenção ao princípio da menor onerosidade insculpido no art. 620 do CPC, é igualmente correto afirmar que se os bens penhorados não obedecerem à gradação imposta pela LEF e se mostram de difícil comercialização, é legítima a rejeição de tais bens pelo credor/exeqüente, tornando inaplicável o princípio da economicidade da execução. 4 - A pretendida penhora sobre dinheiro não deve recair sobre o faturamento da empresa. 5 - Recurso de Agravo não provido. 6 - Decisão Unânime. Decisão: Por unanimidade, a Turma negou provimento ao recuso de agravo, nos termos do voto do Eminentíssimo Des. Relator.

(Recurso de Agravo nº163544-9/01. Relator: Fernando Cerqueira. Órgão Julgador: 7ª Câmara Cível. Data de Julgamento: 2/4/2008. Publicação 75)

Nesse contexto, **nego provimento** ao presente Agravo de Instrumento, **em ordem a determinar a realização da penhora em dinheiro**, nos termos da decisão agravada, cassando, por conseguinte, a antecipação de tutela recursal deferida pelo relator originário.

Recife, 20 de maio de 2018.  
  
Des. Francisco Bandeira de Mello  
Relator